



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2025 Relatório na íntegra disponível em <https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais>

Senhores Acionistas,

A CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese dos principais resultados alcançados em 2025, acompanhada do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório do Auditor Independente.

A CETESB é o órgão técnico do Estado vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), integra o Sistema Estadual de Meio Ambiente e atua na execução das políticas públicas ambientais estaduais, exercendo funções de regulação, licenciamento, fiscalização, monitoramento, atendimento a emergências, gestão de áreas contaminadas e suporte técnico ao ordenamento territorial.

Conta com 1.711 colaboradores, incluindo 58 novas admissões em 2025, totalizando 297 ingressos desde 2023.

Sua missão é "promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável", guiada por princípios de ética, legalidade, transparência, eficiência e responsabilidade.

Apóia diretamente a redução de riscos ambientais, a proteção da qualidade do ar, água, solo e biodiversidade, o fortalecimento da segurança hídrica e a prestação de serviços públicos essenciais que embasam decisões estratégicas do Estado.

Como ativo institucional, destaca-se sua ampla base técnico-científica, incluindo um dos maiores conjuntos de dados ambientais do país, reconhecida em 2024 com o título de Instituição Científica e Tecnológica do Estado de São Paulo (ICTESP) e com a operação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

Como Escola de Governo voltada à capacitação técnica em temas ambientais estratégicas, contempla cursos internos para aperfeiçoamento técnico dos empregados, capacitação de servidores públicos e profissionais do setor privado e pós-graduação lato sensu, por meio da Escola Superior da CETESB. Em 2025 foram realizados 195 cursos internos e externos, totalizando 5.220 capacitações.

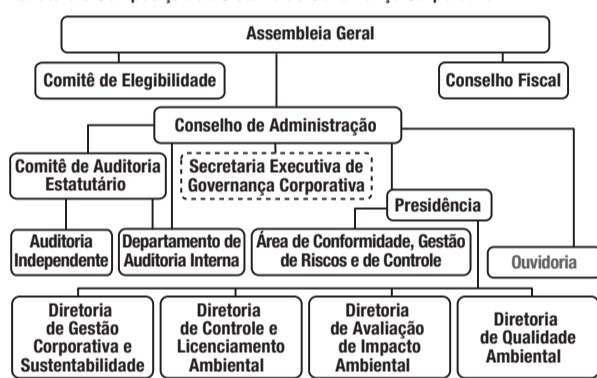
A circulação do conhecimento também se materializa por meio de cooperações técnicas que promovem integração e articulação com instituições nacionais e organismos internacionais, como a realizada com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e a parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A atuação como Centro Regional das Nações Unidas para a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), desde 2009, reforça seu papel como referência técnica para a América Latina e o Caribe, com responsabilidade na capacitação e transferência de tecnologia a países signatários de tratados multilaterais.

Apóia a gestão de fundos ambientais estaduais, por meio da elaboração de diagnósticos, monitoramentos especializados e estudos técnicos que orientam a aplicação de recursos públicos em projetos estruturantes.

Governança Corporativa

A CETESB mantém estrutura de governança alinhada às Leis nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, ao Decreto nº 62.349/2016 e às melhores práticas, com decisões colegiadas, segregação de funções e controles internos independentes.

Estrutura e Composição do Sistema de Governança Corporativa



Estrutura de Governança: Assembleia Geral - instância máxima, Conselho de Administração (CA) - 11 membros, sendo 3 independentes e 4 mulheres; inclui representante dos empregados, Conselho Fiscal (CF) - 10 membros (1 mulher), Diretoria Colegiada - 5 diretores com mandato unificado (3 mulheres).

Comitês: Auditoria Estatutário, Elegibilidade, Ética, além da Ouvidoria, Auditoria Interna, Conformidade e Gestão de Riscos e Secretaria Executiva de Governança.

Avaliação dos Administradores - Processo conduzido conforme Deliberação CODEC nº 2/2024, com resultado da nota média do CA de 3,52 de 4 ("supera expectativas") e a nota da Diretoria Colegiada: 3,56 de 4 ("supera expectativas").

Remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e membros de comitês - estabelecida na Deliberação CODEC nº 03/2025.

Integridade, Ética e Compliance: Código de Conduta Ética e de Integridade aplicável a todos os empregados e dirigentes. Treinamentos obrigatórios: 85,6% do corpo funcional capacitado; fornecedores e parceiros: 100% orientados em políticas anticorrupção. Manutenção de políticas institucionais de Divulgação de informações e porta-vozes, de Privacidade, de Segurança da informação, de Transação com

partes relacionadas e de Gestão de riscos e controles internos.

Canal de denúncias integrado ao Fala.SP/Gov.br: 23 denúncias recebidas, 73,9% resolvidas.

Gestão de Riscos: Matriz de riscos corporativos (estratégicos, operacionais, financeiros, integridade, conformidade, reputacionais, segurança da informação). Modelo das Três Linhas. Política de Gestão de Riscos e Controles Internos aprovada em 2024.

Estratégica corporativa: O planejamento estratégico da gestão 2023-2026 contempla 4 perspectivas: Resultados para a sociedade, Processos e governança, Pessoas e capacitação e Financeiro. Elaboração do Plano de Negócios a partir de 5 eixos: Inserção da sustentabilidade no negócio, Atendimento ao cliente, Integração e modernização de sistemas, Captação de recursos e parcerias e Desenvolvimento e valorização do corpo funcional, com atendimento de 83% das metas estabelecidas. No âmbito da gestão 2023-2026, foram estruturados 11 projetos institucionais que atuam de forma integrada sobre diferentes dimensões e fortalecem o atingimento das metas estabelecidas. São eles: Monitora Tietê, De olho na recuperação, Licença + município legal, Cetesb informa, Cetesb do futuro, Cuidar de quem cuida, Valorize, Repense, Foco no impacto, Mapauna e Jurídico + perto.

Sustentabilidade: A sustentabilidade passou a compor a estratégia corporativa da CETESB como tema transversal e estruturante, com avanços institucionais, técnicos e operacionais ao longo de 2025, com a criação do Comitê de Sustentabilidade e aprovação da Política de Sustentabilidade. Desenvolvido o modelo integrado de indicadores, combinando Global Reporting Initiative (GRI) e indicadores próprios. Fortalecimento da matriz de materialidade. Conta com o Plano Corporativo de Sustentabilidade, que orienta objetivos e linhas de ação prioritizadas para 2025-2029.

Adaptação Climática: Conclusão do Plano de Adaptação Climática da CETESB, com medidas voltadas à proteção da infraestrutura e continuidade operacional, bem-estar e segurança das equipes e preparação institucional para riscos climáticos crescentes.

Gestão Ambiental da Operação: usina fotovoltaica (100 MWh/mês, atendendo 20-30% da demanda da sede); frota própria: 92% flex, com priorização do etanol; modernização hídrica e sistemas de captação pluvial e atualização do inventário de emissões de GEE com pesquisa de deslocamento casa-trabalho.

Principais Atividades

Em 2025, a Companhia fortaleceu seus serviços finalísticos, ampliando eficiência regulatória, modernizando sistemas e expandindo monitoramentos.

Licenciamento Ambiental de Fontes de Poluição: 20.153 licenças emitidas, estoque de processos anteriores a 2023 reduzido de 1.200 para 36 (-96%) - mais eficiência regulatória e previsibilidade para investimentos públicos e privados. Implementação do novo Memorial de Caracterização do Empreendimento (MCE), 70 municípios capacitados do programa Licença + Município Legal (34 em 2025), com apoio direto, fortalecendo a gestão ambiental local e descentralizando o licenciamento de impacto municipal.

Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental (AIA): 145 licenças com AIA emitidas e R\$ 54 milhões em compensações ambientais, assegurando desenvolvimento com controle técnico e responsabilidade socioambiental.

Compensações e Termos de Compensação de Recuperação de Área (TCRA): 797 áreas acompanhadas para restauração/recuperação em 2025, totalizando mais de 2.500 desde 2023 via TCRA, assegurando rastreabilidade das obrigações e avanço na reparação ambiental. Mais de R\$ 1 milhão investidos em parceria com a FAPESP para plataforma automatizada de monitoramento via satélite, aumentando padronização e eficiência na verificação dos compromissos ambientais.

Fiscalização Ambiental: 33.658 inspeções realizadas em 2025, para apuração de denúncias e verificação da conformidade ambiental de empreendimentos licenciáveis, prevenindo danos ambientais, corrigindo práticas irregulares e contribuindo para a proteção da qualidade do ar, da água e do solo; 114 mil veículos fiscalizados na Operação Inverno, intensificando o controle em períodos em que as condições do ar favorecem a concentração de poluentes e induzindo a correção de irregularidades que elevam as emissões, com foco na proteção da saúde da população. Atuação coordenada no âmbito do Grupo de Fiscalização Integrada das Águas do Rio Tietê (GFI - Tietê), com intensificação de fiscalizações em fontes licenciadas e Estações de Tratamento de Efluentes diante dos episódios de mortandade de peixes, incluindo inspeções técnicas, coleta e análise laboratorial de aproximadamente 600 amostras, consolidação dos resultados e aplicação de 76 penalidades, totalizando cerca de R\$ 9,4 milhões em multas. Fiscalização de emissões atmosféricas de origem veicular: 7.176 atuações por emissão excessiva de fumaça preta.

Monitoramento Ambiental

Qualidade do Ar: 84 estações (62 automáticas + 22 manuais) e 2,4 milhões de dados válidos produzidos, assegurando base técnica robusta para subsidiar políticas públicas de controle da poluição atmosférica. **Qualidade das Águas:** 1.244 pontos de monitoramento, 21 estações automáticas (novas: Barra Bonita e Promissão), garantindo dados contínuos para a população e para a gestão ambiental do Estado. Inclusão de novos parâmetros: microplásticos, PFAS, gliosato, AMPA. **Laboratórios:** 400 mil análises realizadas a partir de 20 mil amostras ambientais e mais de 1.200 parâmetros analíticos acreditados; 5 novos métodos validados, incluindo protocolo para microplásticos. Lançamento do Relatório Dinâmico de Qualidade das Praias, ampliando transparência e acesso público aos dados de balneabilidade.

Gerenciamento de Áreas Contaminadas: Das 7.342 áreas cadastradas, 77,3% estão sem riscos para o uso declarado ou com uma solução para redução desses riscos aprovada e em implementação. As áreas cuja contaminação está em fase de investigação e os riscos permanecem acima dos níveis aceitáveis representam

22,8% do total. Atualização do Manual de Áreas Contaminadas.

Resíduos Sólidos: atuação abrangendo a regulação, o acompanhamento técnico e a fiscalização das etapas de geração, tratamento e destinação final, além da verificação do cumprimento das obrigações de responsabilidade pós-consumo, em consonância com a política estadual. Atua na análise técnica de Planos de Logística Reversa, Relatórios de Avaliação de Resultados e instrumentos previstos na regulação estadual. Operação do Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos (SIGOR), incluindo Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e o módulo de logística reversa. No tema fiscalização de aterros sanitários e demais instalações de destinação final, as ações incluem vistorias, análises documentais e verificação do atendimento às condicionantes ambientais, com foco na prevenção de impactos ao solo, às águas subterrâneas e ao entorno das áreas de disposição. Destaca-se o relatório anual do Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos no Estado de São Paulo, por meio do qual a CETESB organiza e sistematiza os dados sobre a geração e a destinação dos resíduos sólidos de todos os municípios do estado de São Paulo.

Atendimento a Emergências: 299 emergências químicas atendidas, com atuação técnica para avaliação dos impactos, indicação de medidas emergenciais e acompanhamento das providências necessárias, visando conter a propagação da contaminação e minimizar riscos ao ar, à água, ao solo e à população. Expansão do uso de ferramentas geoespaciais.

Homologação de Veículos Novos: como agente técnico conveniado do Ibama, no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve) e Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares (Promot), realizou 1.132 homologações e 1.191 ensaios laboratoriais.

Modernização Tecnológica e Dados: Investimento superior a R\$ 1 milhão (FAPESP) em plataforma de monitoramento via satélite; 28 drones adquiridos e 200 profissionais capacitados (80 pilotos certificados). Acervo digital de imagens aéreas. Digitalização de formulários e painéis analíticos. Estruturação do Escritório GEO e avanço no Geoportall e Cenários. Houve avanços na promoção da inovação por meio da elaboração de instrumentos normativos e da consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Entre os projetos analisados pelo NIT, em 2025, destacam-se a cooperação com o Instituto Pasteur (França/USP), voltada ao rastreamento epidemiológico por meio de amostras de esgoto e capacitação técnica, e a cooperação com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para implantação de monitoramento da qualidade da água por sensoriamento remoto.

Captação de Recursos: Contratos FEHIDRO: R\$ 5,17 milhões. Execução de projetos FEHIDRO: R\$ 14,1 milhões. FEPRAC/FEOP: R\$ 39,3 milhões (87 contratos).

Desenvolvimento e Valorização do Corpo Funcional: Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS) aprovado pela Diretoria Colegiada e CA. Implantação do Plano Individual de Desenvolvimento (PID) em andamento; R\$ 2,2 milhões investidos em capacitação. Agenda de saúde mental: pesquisa ampliada, sala de psicoterapia, workshops, ações de prevenção. Diversidade: 45,59% mulheres; 36% de representação feminina no CA; ações afirmativas do concurso 2024.

EXTRATO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Administração

Conselho de Administração - Presidente: Jônatas Souza da Trindade; Conselheiros: Cláudio Carvalho de Lima (membro independente), Gustavo Carvalho Tápia de Lira, João Ricardo Pereira da Costa (membro independente e coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário), Kelly Lopes Lemes, Luiz Antônio Ferraro Júnior (membro independente), Marisa Maia de Barros, Rodrigo Levkovicz, Rose Mirian Hofmann, Simone Patrícia da Silva (membro representante dos empregados), Thomaz Miazaki de Toledo (membro na qualidade de Diretor-Presidente).

Comitê de Auditoria Estatutário - Coordenador: João Ricardo Pereira da Costa; Membros: Afonso Antonio Hennel, Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto, Marcelo Cardona Sobral.

Diretoria Colegiada - Diretor-Presidente: Thomaz Miazaki de Toledo; Diretora de Gestão Corporativa e Sustentabilidade: Liv Nakashima Costa; Diretora de Qualidade Ambiental: Maria Helena Ribeiro de Barros Martins; Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental: Mayla Matsuzaki Fukushima; Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental: Paulo Guilherme Rigonatti.

Conselho Fiscal - Guilherme Muraro Derrite, Marcos Gerhardt Lindenmayer, Michel Minerbo, Roberto Antonio Diniz, Tzung Shei Eu.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais)

| | Nota | 31.12.2025 | Reclassificado | 31.12.2024 |
|---|------|------------------|----------------|------------------|
| Receita de Serviços e Vendas | | 659.381 | | 680.404 |
| Subvenção de Custeio | | 93.015 | | 129.056 |
| Exercício do Poder de Polícia Delegado: | | | | |
| <i>Licenciamento</i> | | 405.396 | | 401.463 |
| <i>Multas Ambientais</i> | | 107.638 | | 106.138 |
| <i>Taxa de Fiscalização Ambiental</i> | | 35.112 | | 27.208 |
| Venda de Serviços e Produtos | | 18.220 | | 16.539 |
| Deduções | | (32.151) | | (26.761) |
| Total Receitas Líquidas | 19 | 627.230 | | 653.643 |
| Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados | | | | |
| Lucro Bruto | | 150.307 | | 165.997 |
| Despesas/Receitas Operacionais | | | | |
| Despesas Administrativas | 20 | (207.399) | | (198.547) |
| Despesas/Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa | | 8.760 | | 26.616 |
| Outras Despesas e Receitas Operacionais | 21 | (6.314) | | 50.538 |
| | | (204.953) | | (121.393) |
| Resultado Operacional antes dos Encargos Financeiros | | (54.646) | | 44.604 |
| Encargos Financeiros Líquidos | 22 | 1.775 | | (3.086) |
| Prejuízo/Lucro antes da Contribuição Social | | (52.871) | | 41.518 |
| Contribuição Social | | | | |
| Prejuízo/Lucro do Período | | (52.871) | | 41.518 |
| Prejuízo/Lucro por Lote de Mil Ações de Capital | | (R\$ 9,31) | | R\$ 7,31 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais)

| | 31.12.2025 | Reclassificado | 31.12.2024 |
|--|-----------------|----------------|---------------|
| Prejuízo/Lucro do Exercício | (52.871) | | 41.518 |
| Realização das reservas de reavaliação | (284) | | (284) |
| Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação | | | |
| de reavaliação | 311 | | 312 |
| Resultado de exercício anteriores | | | |
| Total do Resultado Abrangente do Exercício | (52.844) | | 41.546 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua ->

| | Capital Social | Ações em Tesouraria | Reservas de Capital | Reserva Legal | Reservas de Lucros a Realizar | Reservas de Reavaliação | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Total |
|--|----------------|---------------------|---------------------|---------------|-------------------------------|-------------------------|--------------------------------|---------------|
| Saldos em 31 de Dezembro de 2023 | 170.377 | (1) | | | | 18.998 | (132.018) | 57.356 |
| Realização das Reservas de Reavaliação | | | | | | (284) | | (284) |
| Diferimento da tributação sobre Reservas | | | | | | | 312 | 312 |
| Resultado do Exercício | | | | | | | 41.518 | 41.518 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2024 | 170.377 | (1) | | | | 18.714 | (90.188) | 98.902 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2024 | 170.377 | (1) | | | | 18.714 | (90.188) | 98.902 |
| Realização das Reservas de Reavaliação | | | | | | (284) | | (284) |
| Diferimento da tributação sobre Reservas | | | | | | | 311 | 311 |
| Resultado Exercícios Anteriores | | | | | | | (52.871) | (52.871) |
| Resultado do Exercício | | | | | | | (142.748) | 46.058 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2025 | 170.377 | (1) | | | | 18.430 | (142.748) | 46.058 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

→ continuação

| DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA | | | |
|---|----------------|-----------------|-----------------|
| Informações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 | | | |
| (Valores em milhares de reais) | | | |
| Fluxo de Caixa das | 31.12.2025 | 31.12.2024 | |
| Atividades Operacionais | Reclassificado | | |
| Prejuízo/Lucro do Período | Nota | (52.871) | 41.518 |
| Despesas (Receitas) | | | |
| que não afetam o Caixa: | | | |
| Provisão/Reversão Contingências | | | |
| Trabalhistas/Cíveis | 16 | (17.311) | (44.704) |
| Provisão para Contribuições Fiscais | 16 | 30.503 | 1.061 |
| Provisão para Contribuições Previdenciárias | 22 | 8.791 | (21.729) |
| Provisão para Créditos de Liquidação | | | |
| Duvidosa - Dívida Ativa | | (7.706) | (26.385) |
| Provisão para Créditos de Liquidação | | | |
| Duvidosa - Outras | | (28.215) | 1.643 |
| Provisão PPR-Progr.Partic.Resultados | | (1.119) | (762) |
| Provisão Plano de Carreira | | 683 | (661) |
| Provisão Para Programa de Demissão Voluntária | | - | 51 |
| Provisão Férias/13º Salário/Licença Prêmio | | 4.575 | (692) |
| Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido | | - | 1.164 |
| Depreciação do Imobilizado | 10 | 22.116 | 19.208 |
| Ajuste Depreciação Fiscal | 10 | 375 | - |
| Baixas de Depreciação | 10 | (167) | (3.831) |
| Amortização do Intangível | 11 | 823 | 822 |
| Realização Reserva de Reavaliação | | 28 | 28 |
| Saldo transferência entre contas | 10 | (26) | 143 |
| Ajustes Imobilizações em andamento | 10 | 2.837 | (3.886) |
| Baixas no Ativo Imobilizado | 10 | 328 | 3.986 |
| Subtotal | | (36.356) | (33.026) |
| Variações no Ativo Circulante e Não Circulante | | | |
| Clientes e Outras Contas a Receber | | 232 | (162) |
| Adiantamentos a Empregados | | (595) | 3.585 |
| Adiantamentos a Fornecedores | | (16.831) | 2.029 |
| Impostos a Recuperar | | (72) | (2.757) |
| Parcelamentos a Receber | | 31.879 | 1.131 |
| Valores a Receber - Dívida Ativa | | 8.059 | 27.636 |
| Estoques | | (98) | (215) |
| Despesas Exercício Seguinte | | 944 | 803 |
| Depósitos Restituíveis | | 2.308 | 42.249 |
| Subtotal | | 25.826 | 74.299 |
| Variações no Passivo Circulante e Não Circulante | | | |
| Fornecedores | | 5.889 | (4.722) |
| Salários e Remunerações a Pagar | | 250 | (87) |
| Impostos e Contribuições a Recolher | | (13.528) | 37.130 |
| Adiantamentos de Convênios | | 2.119 | (256) |
| Adiantamentos de Clientes | | (60) | 308 |
| Outras Contas a Pagar | | 13 | (74) |
| Impostos Reservas de Reavaliação | | (28) | (28) |
| Baixas Contingências Trabalhistas/Cíveis | 16 | (1.734) | (1.674) |
| Subtotal | | (7.079) | 30.597 |
| Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais | | (17.609) | 71.870 |
| Atividades de Investimento | | | |
| Aquisição de Intangível | 11 | (546) | - |
| Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso | 10 | (12.328) | (16.610) |
| Caixa Líquido das Atividades de Investimentos | | (12.874) | (16.610) |
| Atividades de Financiamento | | | |
| Recursos destinados a Aumento de Capital | | - | - |
| Bens recebidos em Doação | | - | - |
| Caixa Líquido das Atividades de Financiamento | | - | - |
| Capital Circulante Líquido | | (30.483) | 55.260 |
| Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa | | 125.601 | 70.341 |
| Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa | | 95.118 | 125.601 |
| Varição líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa | | (30.483) | 55.260 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | |
|--|-------------------------|-------------------------|----------------|
| Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais) | | | |
| | Acumulado | Acumulado | Acumulado |
| | 01.01.2025 a 31.12.2025 | 01.01.2024 a 31.12.2024 | Reclassificado |
| 1 - Receitas | 657.090 | 745.471 | 745.471 |
| 1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 18.220 | 16.535 | |
| 1.2) Outras receitas | 630.109 | 657.745 | |
| 1.2.1) Subvenção de Custeio | 93.015 | 129.056 | |
| 1.2.1) Licenciamento | 394.344 | 395.342 | |
| 1.2.2) Multas Ambientais | 107.638 | 106.138 | |
| 1.2.3) Taxa de Fiscalização Ambiental | 35.112 | 27.209 | |
| 1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversões | 8.761 | 26.616 | |
| 1.4) Contingências Cíveis e Outras Provisões - Reversões | - | 44.575 | |
| 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros | 104.831 | 61.392 | 61.392 |
| 2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | 41.364 | 35.437 | |
| 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | 23.002 | 15.363 | |
| 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos | - | - | |
| 2.4) Outras (Viagens/Seguros e outros) | 19.621 | 10.592 | |
| 2.5) Contingências Cíveis e Outras Provisões | 20.844 | - | |
| 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) | 552.259 | 684.079 | 684.079 |
| 4 - Depreciação, Amortização e Exaustão | 22.053 | 20.030 | 20.030 |
| 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) | 530.206 | 664.049 | 664.049 |
| 6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência | 32.684 | 21.191 | 21.191 |
| 6.1) Resultado de equivalência patrimonial | - | - | |
| 6.2) Receitas financeiras | 18.154 | 15.224 | |
| 6.3) Outras | 14.530 | 5.967 | |
| 6.3.1) Convênios | 12.906 | 3.508 | |
| 6.3.2) Créditos e Estornos | 1.624 | 2.459 | |
| 7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6) | 562.890 | 685.240 | 685.240 |
| 8 - Distribuição do Valor Adicionado | 562.890 | 685.240 | 685.240 |
| 8.1) Remuneração Direta | 459.773 | 491.725 | |
| 8.2) Impostos, taxas e contribuições | 132.960 | 129.443 | |
| 8.2.1 - Federais | 132.511 | 128.886 | |
| 8.2.2 - Estaduais | 1 | 1 | |
| 8.2.3 - Municipais | 448 | 556 | |
| 8.3) Remuneração de capitais de terceiros | 23.028 | 22.554 | |
| 8.3.1 - Juros | 1.419 | - | |
| 8.3.2 - Aluguéis | 6.650 | 4.246 | |
| 8.3.3 - Outras | 14.959 | 18.308 | |
| 8.4) Remuneração de Capitais Próprios | (52.871) | 41.518 | |
| 8.4.1 - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | |
| 8.4.2 - Dividendos | - | - | |
| 8.4.3 - Lucros retidos/Prejuízo do exercício | (52.871) | 41.518 | |
| 8.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros retidos | - | - | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (imobilizado e intangível)

Em consonância com o normativo contábil NBC TG 01 (R4), a Companhia estabelece procedimentos que assegurem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Para tanto, contratou empresa técnica especializada para prestação de serviços de avaliação patrimonial, para fins de atualização da conciliação físico/contábil dos bens tangíveis e intangíveis da CETESB. A referida empresa avaliou os ativos em consonância à NBC TG 01(R4) - Norma Brasileira de Contabilidade - Redução ao valor recuperável de ativos e o método utilizado foi o Valor em Uso dos ativos por meio de Fluxo de Caixa Descontado. O parecer foi emitido em 15 de abril de 2024 constatando que a Companhia não apresenta indício de perda do valor recuperável dos ativos, dispensando, assim, a necessidade de constituição de provisão por estimativa de perda de valor recuperável. Além disso, não foi identificado indicação de que algum Ativo ou grupo de Ativos da CETESB possa ter sofrido desvalorização em função de sua vida útil.

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos.

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

d) Normas e interpretações novas e revisadas

Até 31 de dezembro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente aos exercícios anteriores.

a) Disponibilidades

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 4).

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da Companhia, como, por exemplo, suportes de reagentes aos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são descaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido. Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 16.

d) Imobilizado

Até 31 de dezembro de 2003, o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. Neste processo, a Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, foi contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4), quando há indícios de perda.

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 11).

f) Provisão para Férias, Licença-Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença-prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 31 de dezembro de 2025 (nota explicativa nº 13).

g) Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra "Convênios" com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas (nota explicativa nº 15).

h) Contribuição Social

A Companhia optou pela tributação com base no Lucro Real. Em 31 de dezembro de 2025, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, teve uma base de cálculo negativa de (R\$ 17.859), ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou valor realizado, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

j) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender às suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

4. Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado.

As aplicações financeiras vinculadas a convênios observam os mesmos procedimentos dos recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados "convênios" (vide nota explicativa 15) e não podem ser aplicados na operação regular da Companhia.

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|---|---------------|----------------|
| Bancos | 46 | 1.787 |
| Aplicações Financeiras - Recursos Próprios | 85.387 | 116.249 |
| Total Recursos Próprios | 85.433 | 118.036 |
| Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios | 9.685 | 7.565 |
| Total | 95.118 | 125.601 |

5. Adiantamentos a Empregados

São os adiantamentos decorrentes de férias a usufruir no mês subsequente, adiantamento de 13º salário, assistência médica e viagens. Com relação ao adiantamento de assistência médica, vale ressaltar que até 28 de fevereiro de 2025 o plano de saúde que a CETESB oferecia aos seus empregados era administrado pela própria empresa, ou seja, os prestadores de serviços médicos eram contratados pela CETESB, que arcava com cerca de 85% das despesas. A parte dos empregados era contabilizada na rubrica de adiantamento de assistência médica e era reembolsada pelo empregado mediante parcelas mensais descontadas no salário. Ressalte-se que, em virtude de tratamentos contínuos e ininterruptos, haverá um período de coexistência temporária entre o plano anterior de autogestão e o novo plano assistencial contratado pela CETESB, assegurando a necessária continuidade assistencial aos empregados em tratamento.

Para os adiantamentos que ultrapassassem o exercício corrente era constituída provisão para perdas de liquidação duvidosa baseado em dados estatísticos do IBGE, levando em consideração a expectativa de vida da população brasileira. Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa era de 76,8 anos. Com a migração para o novo plano, a dívida adquirida com o antigo plano será paga pelos empregados com saldos pendentes de acordo com os critérios estabelecidos.

| | Circulante | Não Circulante |
|-----------------------------|--------------|----------------|
| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
| Adiantamento de | | |
| Assistência Médica | 904 | 1.870 |
| Adiantamento de Férias | 4.013 | 2.059 |
| Adiantamento de 13º Salário | - | - |
| Diversos | 339 | 147 |
| Atualização Legal | | |
| Assistência Médica | - | (13.773) |
| PCLD - Assistência Médica | - | (2.266) |
| Total | 5.256 | 4.076 |

6. Adiantamento a Fornecedores

São remessas enviadas ao exterior para aquisição de equipamentos de laboratórios de alta complexidade que não estão disponíveis no Brasil, visando atender às necessidades da Companhia.

Os principais contratos firmados no exercício de 2025 estão discriminados a seguir:

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

★ continuação

| Contratos em andamento: | Início: | 31.12.2025 |
|---|------------|---------------|
| Contrato nº 76.968 - desenvolvedor de software | 22.02.2025 | 520 |
| Contrato nº 76.694 - cromatógrafo | 31.03.2025 | 1.948 |
| Contrato nº 77.715 - espectrômetro atômico | 07.04.2025 | 572 |
| Contrato nº 76.680 - rede automática monitoramento | 11.06.2025 | 530 |
| Contrato nº 76.735 - sonda multiparâmetro | 17.06.2025 | 888 |
| Contrato nº 76.988 - sistema analisador de toxidade | 23.07.2025 | 232 |
| Contrato nº 76.681 - analisador de fluxo segmentado | 20.08.2025 | 876 |
| Contrato nº 78.838 - sistema de análise ensaios | 04.11.2025 | 4.322 |
| Contrato nº 78.731 - sistema de gerenciamento de dados | 13.11.2025 | 3.078 |
| Contrato nº 78.710 - sistema de monitoramento e análises | 28.11.2025 | 2.095 |
| Contrato nº 79.298 - kit de atualização para cromatógrafo | 22.12.2025 | 535 |
| Contrato nº 79.197 - sistema de analisador de carbono | 30.12.2025 | 736 |
| Contratos diversos | | 1.039 |
| Total | | 17.371 |

7. Impostos a Recuperar

| a) Circulante | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|------------------------------------|------------|--------------|
| Pasep | 4 | 5 |
| Cofins | 18 | 21 |
| CSLL | 146 | 131 |
| Antecipação de Contribuição Social | 48 | 1.234 |
| Total | 216 | 1.391 |

b) Não Circulante

A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, conforme decisão proferida em seu favor junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, para todos os impostos retidos durante o exercício são feitos pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil, via PERDCOMP, após entrega da ECF - Escrituração Contábil Fiscal. A mesma prática é adotada para as Contribuições Sociais dos exercícios em que foram apuradas base negativa.

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|--|--------------|--------------|
| Imposto de Renda - Exercícios Anteriores | 774 | 940 |
| CSLL - Exercícios Anteriores | 812 | 946 |
| CSLL Estimada | 2.891 | 1.345 |
| PCLD | (1.630) | (1.056) |
| Total | 2.847 | 2.175 |

8. Parcelamentos a Receber

São os créditos decorrentes de aplicação de multas ambientais, conforme a legislação vigente, em empresas e outras entidades que aderiram a um programa de parcelamento, e da prestação de serviços diversos. No intuito de garantir a liquidez, estes recebíveis são avaliados trimestralmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, e, quando constatada inadimplência recorrente evidenciando baixa probabilidade de recebimento, a transferência dos valores do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda - PCLD. O critério adotado para constituição da provisão para perda são os títulos vencidos há mais de 6 meses. No decorrer do exercício é realizada uma projeção mensal da UFESP para o final do ano, de acordo com a evolução do Índice IPC-Fipe, e os títulos em aberto são atualizados de acordo com essa projeção.

| | Circulante | | Não Circulante | |
|-----------------------------|--------------|--------------|----------------|---------------|
| | 31.12.2025 | 31.12.2024 | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
| Multas Fontes Estacionárias | 3.499 | 11.469 | 4.942 | 3.964 |
| Multas Fontes Móveis | 3.904 | 24.513 | 268 | 263 |
| Multas Agenda Verde | 1.474 | 1.964 | 1.834 | 2.719 |
| Assistência Médica | 450 | 458 | 2.255 | 2.042 |
| Diversos | 28 | 57 | 49 | 76 |
| Ajuste a valor presente | (89) | — | (1.450) | — |
| Atualização Legal | — | — | 701 | 2.218 |
| PCLD | (3.895) | (32.500) | — | — |
| Total | 5.371 | 5.961 | 8.599 | 11.282 |

9. Valores a Receber - Dívida Ativa

No exercício de 2025, a Companhia prosseguiu com as inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa - SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com perspectiva de recebimento praticamente certo. Para os títulos vencidos, a Companhia constituiu provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa na ordem de 97%, independentemente do prazo de inscrição do título, em consonância a um estudo técnico baseado na análise da média histórica de recebimentos, tomando por base os três últimos exercícios. Esta metodologia foi aprovada na reunião nº 564 do dia 20 de outubro de 2021 do Conselho de Administração e é revisado anualmente pela área competente.

a) Inscrições na Dívida Ativa - CIRCULANTE:

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Multas Fontes Estacionárias | 776.423 | 776.490 |
| Multas Agenda Verde | 33.996 | 34.757 |
| Multas Fontes Móveis | 323 | 345 |
| Atualização Legal | 29.374 | 36.469 |
| Arrecadação a repassar | — | 114 |
| PCLD (-) | (814.913) | (822.619) |
| Total | 25.203 | 25.556 |

b) Composição da PCLD - Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Multas Fontes Estacionárias | 753.130 | 753.195 |
| Multas Agenda Verde | 32.976 | 33.714 |
| Multas Fontes Móveis | 314 | 335 |
| Atualização Legal | 28.493 | 35.375 |
| Total | 814.913 | 822.619 |

Com o intuito de aprimorar o critério de estabelecimento da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia vem envidando esforços, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, para analisar os processos de multas ambientais inscritos na dívida ativa do Estado, os quais totalizam aproximadamente 11.823 inscrições, até 31 de dezembro de 2025.

10. Imobilizado

Vida útil remanescente:

Em 2025, a Companhia contratou a empresa especializada Factum Avaliações e Consultoria S/S, para estimar a vida útil econômica remanescente e o valor residual de todos os bens de seu ativo imobilizado. A Factum emitiu seu laudo técnico em 31 de julho de 2025, em consonância com normas técnicas, pronunciamentos contábeis e legislação vigente aplicáveis. A Companhia efetuou os ajustes necessários no cadastro de seu ativo imobilizado, finalizando o exercício de 2025 em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzidos da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

As novas taxas de depreciação e de amortização do intangível foram determinadas com base no valor residual e no tempo de vida útil remanescente dos bens. Entende-se como vida útil o período durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo permanente, expectando a geração de benefícios econômicos. Sua estimativa é uma questão de julgamento, baseada na experiência da entidade com ativos semelhantes.

A CETESB, como empresa pública, possui em seu patrimônio bens adquiridos através de projetos de fomento com finalidades específicas relacionadas à inovação, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, desenvolvimento e apoio metrológico, informação e educação em tecnologia. Os bens são construídos de forma a atender às necessidades especiais da CETESB como prestadora de serviços. Ao final da vida útil, caso seja constatado que não possuem mais utilidade para a CETESB, poderão ser destinados ao Fundo de Social de São Paulo - FUSSP.

Como resultado do laudo técnico apresentado, as taxas médias de depreciação ficaram representadas conforme tabela abaixo:

| Conta Contábil | Descrição | Taxa Média |
|----------------|---------------------------------|------------|
| 13201002 | Edifícios | 5% |
| 13201003 | Instalações de Edifícios | 29% |
| 13201004 | Rede Telemétrica | 50% |
| 13201005 | Máquinas e Equipamentos | 38% |
| 13201006 | Microcomputadores e Periféricos | 51% |
| 13201007 | Móveis e Utensílios | 38% |
| 13201008 | Ferramentas | 36% |
| 13201009 | Veículos | 9% |
| 13201010 | Embarcações | 32% |
| 13201014 | Benefetorias Prop. Terceiros | 19% |

Em dezembro de 2025, a CETESB efetuou a apuração e contabilização da depreciação e da amortização societárias, suportada pelo laudo técnico emitido pela Factum, aplicadas as taxas de depreciação e os métodos em conformidade com as seguintes normas e Interpretações Técnicas:

NBC TG 27(R4) - Ativo Imobilizado, correlacionada ao IAS 16 (IASB); ICPC 10 (item 30) 1 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43; e o CPC 23 (itens de nº 32 a 38) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, no que se refere à mudança de estimativa contábil decorrente da revisão da vida útil dos bens. O item 38 do CPC 23 estabelece que a depreciação recalculada com base na

a) Saldos Patrimoniais

| | Depreciação | | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | | | |
|-----------------------------|-------------|----------------|-------------------|------------------|----------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Taxa % a.a. | Custo | Deprec. Acumulada | Aj. Depr. Fiscal | Líquido | Custo | Deprec. Acumulada | Líquido |
| Terrenos | | 14.957 | — | — | 14.957 | 14.957 | — | 14.957 |
| Edifícios e Instalações | 1,82 a 2,86 | 77.452 | (52.337) | — | 25.115 | 76.600 | (48.765) | 27.835 |
| Rede Telemétrica | 10 | 2.233 | (2.233) | — | — | 2.233 | (2.233) | — |
| Máquinas e Equipamentos | 10 | 148.092 | (95.532) | (485) | 52.075 | 144.079 | (86.001) | 58.078 |
| Móveis e Utensílios | 10 | 6.464 | (4.517) | (16) | 1.931 | 5.759 | (4.293) | 1.466 |
| Veículos e Embarcações | 20 e 5 | 15.368 | (12.976) | 68 | 2.460 | 15.367 | (11.842) | 3.525 |
| Computadores/Periféricos | 20 | 40.212 | (26.327) | 43 | 13.928 | 37.047 | (21.538) | 15.509 |
| Benefetorias em Prop. de 3º | 20 | 38.627 | (13.714) | (59) | 24.854 | 37.890 | (12.239) | 25.651 |
| Outras Imobilizações | | 1.019 | (139) | 1 | 881 | 1.016 | (131) | 885 |
| Imob. em Andamento | | 6.289 | — | — | 6.289 | 7.792 | — | 7.792 |
| Total | | 350.713 | (207.775) | (375) | 142.563 | 342.740 | (187.042) | 155.698 |

b) Movimentação

| | 31.12.2024 | Aquisições | Baixas | Transferências | Baixas Depreciação | Ajustes | Deprec. Fiscal | Aj. Depr. Fiscal | 31.12.2025 |
|-----------------------------|----------------|---------------|--------------|----------------|--------------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|
| Terrenos | 14.957 | — | — | — | — | — | — | — | 14.957 |
| Edifícios e Instalações | 27.835 | 330 | — | 523 | — | (77) | (3.496) | 73 | 25.188 |
| Máquinas e Equipamentos | 58.078 | 6.440 | (188) | 942 | 65 | (1.911) | (10.866) | (485) | 52.075 |
| Móveis e Utensílios | 1.466 | 600 | (39) | 12 | 39 | 135 | (266) | (16) | 1.931 |
| Veículos e Embarcações | 3.525 | — | — | — | — | 1 | (1.134) | 68 | 2.460 |
| Computadores/Periféricos | 15.509 | 595 | (99) | 2.926 | 62 | (242) | (4.866) | 43 | 13.928 |
| Benefetorias em Prop. de 3º | 25.651 | 20 | (2) | 721 | 1 | 3 | (1.481) | (59) | 24.854 |
| Outras Imobilizações | 885 | 2 | — | — | — | — | (7) | 1 | 881 |
| Imob. em Andamento | 7.792 | 4.341 | — | (5.098) | — | — | (746) | — | 6.289 |
| Total | 155.698 | 12.328 | (328) | 26 | 167 | (2.837) | (22.116) | (375) | 142.563 |

c) Exercício Anterior

| | 31.12.2023 | Aquisições | Baixas | Transferências | Baixas Depreciação | Ajustes | Depreciações | 31.12.2024 |
|------------------------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|--------------------|--------------|-----------------|----------------|
| Terrenos | 14.957 | — | — | — | — | — | — | 14.957 |
| Edifícios e Instalações | 30.050 | 82 | (39) | 1.366 | — | 39 | (3.663) | 27.835 |
| Máquinas e Equipamentos | 43.744 | 4.388 | (1.531) | 14.941 | — | 1.486 | 3.989 | 58.078 |
| Móveis e Utensílios | 744 | 744 | (250) | 32 | — | 243 | 30 | 1.466 |
| Veículos e Embarcações | 4.639 | 26 | (67) | — | — | 65 | — | 3.525 |
| Microcomputadores/Periféricos | 10.877 | 4.292 | (1.921) | 4.139 | — | 1.905 | 4 | 15.509 |
| Benefetorias em Propriedades de 3º | 25.629 | 48 | (178) | 1.476 | — | 93 | — | 25.651 |
| Outras Imobilizações | 890 | 2 | — | — | — | — | — | 885 |
| Imobilizações em Andamento | 22.998 | 7.028 | — | (22.097) | — | — | (137) | 7.792 |
| Total | 154.708 | 16.610 | (3.986) | (143) | 3.831 | 3.886 | (19.208) | 155.698 |

11. Intangível

Composto por licenças de softwares adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais, os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

a) Saldos Patrimoniais

| | Amortização | | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | | | |
|--------------|-------------|---------------|-----------------------|------------|------------|---------------|-----------------------|--------------|
| | Taxa % a.a. | Custo | Amortização Acumulada | Aquisição | Líquido | Custo | Amortização Acumulada | Líquido |
| Software | 20 | 13.144 | 12.864 | 546 | 826 | 13.144 | 12.041 | 1.103 |
| Total | | 13.144 | 12.864 | 546 | 826 | 13.144 | 12.041 | 1.103 |

b) Movimentação

| | 31.12.2024 | Aquisições | Baixas | Amortizações | 31.12.2025 |
|--------------|--------------|------------|----------|--------------|------------|
| Software | 1.103 | 546 | — | (823) | 826 |
| Total | 1.103 | 546 | — | (823) | 826 |

c) Exercício Anterior

| | 31.12.2023 | Aquisições | Baixas | Amortizações | 31.12.2024 |
|--------------|--------------|------------|----------|--------------|--------------|
| Software | 1.925 | — | — | (822) | 1.103 |
| Total | 1.925 | — | — | (822) | 1.103 |

12. Fornecedores

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia, bem como, pela aquisição de Imobilizado/Intangível. Os ativos imobilizados e intangíveis são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. Os principais contratos estão destacados no quadro abaixo:

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|--------------------------------|---------------|--------------|
| Serviços Assistência Médica | 3.392 | 1.756 |
| Prestação de serviços diversos | 2.275 | 1.686 |
| Devolução de Taxas | 1.846 | 495 |
| Serviços de Informática | 1.389 | 615 |
| Materiais de Laboratório | 875 | 522 |
| Máquinas e Equipamentos | 589 | 74 |
| Locação de Veículos | 463 | 234 |
| Serviços de Manutenção | 434 | 338 |
| Serviços de Limpeza | 396 | 379 |
| Energia Elétrica | 333 | 166 |
| Serviços de Call Center | 229 | 237 |
| Serviços de Segurança | 212 | 219 |
| Materiais Diversos | 188 | 98 |
| Telefonia | 180 | 159 |
| Água e Esgoto | 163 | 96 |
| Total | 12.964 | 7.074 |

13. Salários e Remunerações a Pagar

A Companhia efetua o pagamento dos salários dentro do próprio mês de competência. As férias, o 13º salário e a licença prêmio são provisionados com os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS). O PPR - Programa de Participação nos Resultados é provisionado com base na folha de pagamento do mês de dezembro do ano anterior.

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|---|---------------|---------------|
| Salários | 415 | 165 |
| Provisão Férias e Encargos Sociais | 53.099 | 48.381 |
| Provisão Licença Prêmio | — | 91 |
| Provisão Plano de Carreira | 683 | — |
| Provisão Programa Participação Resultados | 19.995 | 21.114 |
| Provisão Plano Demissão Incentivada | — | 51 |
| Total | 74.192 | 69.802 |

14. Impostos, Encargos Sociais e Contribuições a Recolher

| | Circulante | | Não Circulante | |
|--|------------|------------|----------------|------------|
| | 31.12.2025 | 31.12.2024 | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
| Parcelamento Contribuições Previdenciárias | 7.805 | 6.402 | 12.566 | 27. |



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

★ continuação

Apesar do pagamento, em 21 de janeiro de 2026 a Receita Federal emitiu carta de cobrança referente ao mesmo débito. Diante da cobrança, a CETESB impetrou, em 09 de março de 2026, o mandado de segurança, requerendo o reconhecimento da quitação do débito e a suspensão da inscrição no CADIN Federal e na Dívida Ativa da União.

Em 10 de março de 2026, a CETESB foi inscrita no CADIN pelo montante de R\$ 6.313. O Departamento Jurídico requereu urgência na apreciação dos pedidos liminares e obteve agendamento de despacho com o juiz para 16 de março de 2026. O juiz federal reconheceu a urgência, mas decidiu ouvir previamente a União Federal antes de se manifestar sobre o pedido liminar. Considerando que o valor inscrito no CADIN é inferior ao efetivamente pago em dezembro de 2025, o Departamento Jurídico avalia a probabilidade de perda como remota, dispensando a constituição de provisão contábil.

c.3) Exercícios de 2016 e 2017

Em 2021, a Receita Federal lavrou autos de infração referentes aos exercícios de 2016 e 2017, relacionados à CSLL, PIS/PASEP e COFINS, no montante original de R\$ 24.656, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 35.761.

A CETESB apresentou impugnações administrativas tempestivas, estando os processos atualmente em tramitação na esfera administrativa, aguardando decisão de primeira instância, passível de recurso ao CARF. As autuações discutem principalmente a base de cálculo e o regime de apuração aplicável ao PIS/COFINS.

Com base na análise do Departamento Jurídico e em opinião legal externa emitida pelo escritório Dias de Souza Advogados Associados, contratada para revisar as autuações, o PIS/PASEP e a COFINS foram classificados como perda provável de longo prazo, no montante atualizado de R\$ 29.151, enquanto a CSLL permanece classificada como perda possível, no valor de R\$ 6.610.

d) Divulgação de Processos classificados como Perda Possível

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Trabalhistas | 13.576 | 13.663 |
| Cíveis | 178.413 | 165.641 |
| Fiscais: | | |
| Autos Infrações - 2009 (1) | 55.096 | 51.995 |
| Auto Infração - 2013 (2) | - | 6.853 |
| Autos Infrações - 2016/17 (3) | 6.610 | 32.901 |
| Total | 253.695 | 271.053 |

1) Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. Ação judicial em curso mediante seguro garantia.

2) Receita Federal - Auto de Infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL. Em 03/12/2025, a CETESB efetuou o pagamento integral.

3) Receita Federal - Autos de Infrações, relativos aos exercícios de 2016 e 2017, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

17. Provisão para Contribuições Previdenciárias

Em 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil para revisar recolhimentos previdenciários realizados em exercícios anteriores, tendo sido identificada a possibilidade de compensação de valores recolhidos a maior, no montante de R\$ 59.265. Com base nesse levantamento, a Companhia realizou compensações de contribuições previdenciárias por meio de PER/DCOMP entre 2020 e 2022.

Considerando os riscos envolvidos e enquanto aguarda a homologação das compensações pela Receita Federal do Brasil, a Administração constituiu provisão para os valores compensados, atualizados.

Em 2024, a Receita Federal emitiu Despachos Decisórios indeferindo parcialmente compensações realizadas em 2021, no valor atualizado de R\$ 22.237, resultando em cobrança de R\$ 34.922, incluindo multa e juros. O Conselho de Administração aprovou o parcelamento do débito, iniciado em dezembro de 2024, com reversão de R\$ 30.474 da provisão anteriormente constituída.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da provisão para contingências previdenciárias totalizava R\$ 68.502 (R\$ 59.710 em 31/12/2024). A variação do exercício, de R\$ 8.792, foi registrada como Atualização Legal de Contribuições Previdenciárias (nota explicativa nº 22).

Adicionalmente, em 2025, a Receita Federal indeferiu parcialmente outras compensações previdenciárias referentes aos períodos de 2016 e 2018, no valor atualizado de R\$ 9.795, já contemplados na provisão constituída. A Companhia apresentou manifestação administrativa, aguardando análise da Receita Federal.

18. Patrimônio Líquido

a) **Capital Social:** o capital social está representado por 5.679.218.530 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R\$ 170.377 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 170.377 em 31/12/2024), sendo 99,9999% pertencente à Fazenda do Estado de São Paulo e, 0,0001% de ações em tesouraria.

b) **Reservas de Reavaliação:** A Companhia realizou no exercício de 2003, a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No exercício de 2025 houve a realização do montante de R\$ 284, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. Desta forma o saldo das Reservas de Reavaliação é de R\$ 18.431 (R\$ 18.714 em 31/12/2024).

c) **Prejuízos Acumulados:** Compreende o prejuízo apurado no exercício de 2025 no valor de (R\$ 52.871) mais a reserva de reavaliação R\$ 233, a reversão da provisão da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para o exercício de 2024, no valor de R\$ 1.234 devido à apuração de base negativa, e o prejuízo acumulado do exercício anterior no montante de (R\$ 90.188), totalizando o montante de (R\$ 142.749).

d) **Antecipação de Dividendos:** A Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2022 aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 63.877, relativos ao exercício de 2021, pagos em 20 de maio de 2022. Como a Companhia reapresentou suas demonstrações financeiras de 2020 e 2021, com o objetivo de retificar alguns registros contábeis dos exercícios supracitados, os dividendos relativos ao exercício de 2021, foram distribuídos por um valor a maior de R\$ 7.133, conforme demonstrativo abaixo:

| Distribuição de Dividendos - Exercício 2021 | Original | Reapresentado |
|---|----------|---------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 67.239 | 59.730 |
| Apropriação à Reserva Legal - 5% | (3.362) | (2.987) |
| Reservas de Lucros | 63.877 | 56.744 |
| Dividendos obrigatórios - 25% | (15.969) | (14.186) |
| Reservas de Lucros a realizar | 47.908 | 42.558 |

19. Receitas Operacionais Líquidas

No quadro a seguir, a CETESB demonstra, em detalhes, a composição de suas receitas operacionais líquidas, sendo que merecem destaque: a subvenção econômica, as receitas obtidas com o sistema de licenciamento ambiental e as receitas auferidas com o recebimento de multas ambientais.

De imediato, deve ser ressaltada a importância da receita "Subvenção Econômica", que até 31 de dezembro de 2025 representou 14,83% do montante das receitas líquidas. A Companhia, na condição de "empresa dependente", consoante o inciso III do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), recebeu do Governo do Estado de São Paulo a subvenção econômica estabelecida pela Lei Estadual nº 18.078 de 03/01/2025 (Lei Orçamentária Anual), na importância de R\$ 93.015 dos R\$ 177.329 previstos. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das cotas fixadas no Decreto Estadual nº 69.319, de 22/01/2025 (Decreto de Execução Orçamentária).

Outra receita de grande importância é a obtida com o licenciamento ambiental, a atividade de maior relevância para a CETESB em termos de "controle preventivo da poluição". Os preços cobrados pelas licenças ambientais emitidas estão regulamentados pelo Decreto Estadual nº 8.468, de 08/09/1976 e suas alterações, sendo, as mais recentes, pelo Decreto Estadual nº 62.973, de 28/11/2017 e Decreto Estadual nº 64.512, de 03/10/2019. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das licenças ambientais, vez que, segundo a legislação vigente, somente devem ser efetuados "à vista".

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, há que se ressaltar a atividade de "controle corretivo da poluição", representado pela aplicação de multas ambientais aos que desrespeitam a legislação acima mencionada, dentre outras. Os ingressos de recursos decorrentes do recebimento de multas ambientais também foram reconhecidos contabilmente somente quando de seu efetivo recebimento, consoante CPC-00-Estrutura Conceitual.

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|--------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Subvenção Econômica | 93.015 | 129.056 |
| Exercício de Poder de Polícia | | |
| Licenciamento | 405.396 | 401.463 |
| Multas Ambientais | 107.638 | 106.138 |
| Taxa de Fiscalização Ambiental | 35.112 | 27.208 |
| Subtotal | 548.146 | 534.809 |
| Venda de Serviços/Produtos | | |
| Certificação Veículos/Motocicletas | 12.963 | 12.014 |
| Fehidro Agente Técnico | - | 50 |
| Emissão de Certidões | 1.512 | 1.466 |
| FECOP | 173 | 358 |
| Cursos | 2.669 | 1.800 |
| Análises Laboratoriais | 750 | 769 |
| Demais Receitas | 153 | 82 |
| Subtotal | 18.220 | 16.539 |
| Deduções | | |
| PASEP/COFINS | (20.267) | (19.901) |
| ISS/ICMS | (832) | (739) |
| Devoluções Licenciamento | (10.914) | (4.645) |
| Cancelamento Vendas/Serviços | (66) | (30) |
| Cancelamento de Multas Ambientais | (72) | (1.446) |
| Subtotal | (32.151) | (26.761) |
| Total | 627.230 | 653.643 |

20. Custos e Despesas

| | Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados | | Despesas Gerais e Administrativas | |
|--------------------------------|---|----------------|-----------------------------------|----------------|
| | 31.12.2025 | 31.12.2024 | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
| Pessoal e Reflexos | 386.204 | 407.731 | 127.226 | 125.600 |
| Pessoal Afastamento SEMIL | - | - | 18.695 | 24.887 |
| Pessoal Afastamento | | | | |
| Fund. Florestal | - | - | 977 | 1.192 |
| Remuneração Diretoria | 1.177 | 1.390 | 906 | 951 |
| Assistência Médica | 23.875 | 22.512 | 12.076 | 15.710 |
| Remuneração Órgãos | | | | |
| Estatutários | - | - | 2.545 | 2.507 |
| Recuperação Pessoal | | | | |
| Afastamento Outros Órgãos | - | - | (402) | (269) |
| Materiais | 8.348 | 7.422 | 3.793 | 2.662 |
| Serviços de Terceiros | 28.136 | 19.794 | 14.680 | 9.940 |
| Serviços Prestados Partes | | | | |
| Relacionadas | - | - | 467 | 126 |
| Viagens | 2.732 | 2.279 | 700 | 893 |
| Aluguéis | 4.264 | 2.976 | 2.386 | 1.271 |
| Utilidades | 4.880 | 3.720 | 4.109 | 2.761 |
| Seguros | 6 | 13 | 444 | 485 |
| Impostos/Taxas e Contribuições | 145 | 453 | 351 | 103 |
| Depreciações/Amortizações | 15.057 | 13.934 | 6.996 | 6.096 |
| Demais Despesas | 2.099 | 5.422 | 11.450 | 3.632 |
| Total | 476.923 | 487.646 | 207.399 | 198.547 |

21. Outras Despesas e Receitas Operacionais

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|--|----------------|---------------|
| Recuperação Desp. de Convênios | 12.906 | 3.501 |
| Outras Recuperações | 368 | 164 |
| Prov. e Rev. Conting. Proc. Trabalhistas | 15.193 | 49.468 |
| Prov. e Rev. Conting. Proc. Cíveis | 2.118 | (2.469) |
| Prov. e Rev. Processos Tributários | (35.524) | - |
| Outras Provisões e Reversões | (2.631) | (2.424) |
| Outras Despesas e Receitas | 1.256 | 2.298 |
| Total | (6.314) | 50.538 |

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL

| Natureza da transação | 31.12.2025 | | | | 31.12.2024 | | | |
|-------------------------|------------|---------------|------------------|---------------|------------|---------------|------------------|---------------|
| | Receita | Custos/desp. | Ressarc. despesa | Total | Receita | Custos/desp. | Ressarc. despesa | Total |
| Cessão de empregados | - | 16.740 | - | 16.740 | - | 22.871 | - | 22.871 |
| Benefícios a empregados | - | 1.955 | - | 1.955 | - | 2.016 | - | 2.016 |
| Telefone | - | 511 | - | 511 | - | 244 | - | 244 |
| Aprop. Depreciação | - | 245 | - | 245 | - | 181 | - | 181 |
| Energia Elétrica | - | 476 | - | 476 | - | 268 | - | 268 |
| Água/Esgoto | - | 321 | - | 321 | - | 152 | - | 152 |
| IPTU | - | - | - | - | - | 6 | - | 6 |
| Serv. Terceiros | - | 1.726 | - | 1.726 | - | 1.036 | - | 1.036 |
| Total | - | 21.974 | - | 21.974 | - | 26.774 | - | 26.774 |

Fundação Florestal

| Natureza da transação | 31.12.2025 | | | | 31.12.2024 | | | |
|-----------------------|------------|--------------|------------------|--------------|------------|--------------|------------------|--------------|
| | Receita | Custos/desp. | Ressarc. despesa | Total | Receita | Custos/desp. | Ressarc. despesa | Total |
| Cessão de empregados | - | 936 | - | 936 | - | 941 | - | 941 |
| Benef. a empregados | - | 41 | - | 41 | - | 251 | - | 251 |
| Telefone | - | 204 | - | 204 | - | 98 | - | 98 |
| Aprop. Depreciação | - | 98 | - | 98 | - | 72 | - | 72 |
| Energia Elétrica | - | 190 | - | 190 | - | 107 | - | 107 |
| Água/Esgoto | - | 128 | - | 128 | - | 61 | - | 61 |
| IPTU | - | - | - | - | - | 3 | - | 3 |
| Serv. Terceiros | - | 690 | - | 690 | - | 414 | - | 414 |
| Total | - | 2.287 | - | 2.287 | - | 1.947 | - | 1.947 |

c) Afastamento de Empregados

Em 31 de dezembro de 2025, a CETESB possuía 46 empregados afastados à SEMIL e 02 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica "Pessoal Afastamentos SEMIL e Fundação Florestal", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R\$ 18.695 e R\$ 977 respectivamente, demonstradas na nota explicativa nº 20.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica "Recuperação de Despesas - Afastamento de Empregados", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R\$ 402 e (R\$ 269 em 31/12/2024), demonstradas na nota explicativa nº 20.

d) Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas

Em 07 de outubro de 2023, foi firmado o Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas número 01/2023/CETESB, registro número 084677/2023-54, pelos representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF). O presente termo estabelece a utilização compartilhada dos imóveis da CETESB pelos órgãos citados, bem como o rateio das despesas comuns relacionadas à manutenção funcional dos imóveis (aluguel, condomínio, água, luz, telefone, limpeza, segurança, portaria, recepção, materiais de consumo), utilidades públicas, serviços comuns e despesas gerais.

O critério adotado para o rateio foi a fração de ocupação de área fixada para cada órgão participante, sendo de 76,28% da CETESB, 18,34% da SEMIL e 5,38% da Fundação Florestal. O presente termo foi firmado por prazo indeterminado e os valores serão cobrados no mês subsequente ao término de cada trimestre anual, mediante a prestação de contas apurada pelo órgão gestor (CETESB).

e) Utilização de Imóveis

A SEMIL - Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 23,72% da área do imóvel da sede da CETESB.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Atualização Legal PGE | 881 | 1.094 |
| Atualização Legal Outros | 2.780 | 4.964 |
| Rendimentos Corretora | 1.760 | 3.088 |
| Rendimentos Aplicação Financeira | 12.028 | 4.521 |
| Outras Receitas Financeiras | 704 | 1.553 |
| Total | 18.153 | 15.220 |
| (-) Despesas Financeiras | | |
| Despesas Bancárias | (178) | (392) |
| Multa Compensação Encargos | - | (4.447) |
| Atualização Legal | (3.908) | (4.458) |
| Atualização Cont. Previdenciárias | (8.791) | (8.745) |
| Juros Parcelamento INSS | (1.409) | - |
| Ajuste a Valor Presente | (1.539) | - |
| Outras Despesas Financeiras | (553) | (264) |
| Total | (16.378) | (18.306) |
| Resultado Financeiro | 1.775 | (3.086) |

22. Encargos Financeiros Líquidos

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

24. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, pela Deliberação nº 1, de 15/03/2024, com vigência a partir de 11 de fevereiro de 2023, aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2024.

b) Transações com Entidades Estaduais

I) Serviços contratados

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía em aberto o montante de R\$ 467 e R\$ 126 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica "Serviços Prestados Partes Relacionadas" no grupo "Despesas Gerais e Administrativas" (nota explicativa 20):

| Empresas | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|--------------|------------|------------|
| PRODESP | 304 | 96 |
| SABESP | 163 | 30 |
| Total | 467 | 126 |

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou nos exercícios de 2025 e 2024 com as partes relacionadas, o montante de R\$ 6.544 e R\$ 21.869, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de cursos, serviços e produtos.

| Empresas | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|-----------|------------|------------|
| SABESP | 6.288 | 20.893 |
| METRO | 98 | 178 |
| DER | 81 | 44 |
| IPT | 32 | 4 |
| CPTM | 21 | 1 |
| CDHU | 6 | - |
| SEC SAÚDE | 5 | 8 |



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

→ **continuação**

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2025

evolução, classificação dos riscos entre remoto, possível e provável; (iv) contingência trabalhista relativa aos reajustes salariais de 2020 e 2021; (v) Segurança da informação, Procedimentos de segurança, controle e gerenciamento de acessos; (vi) Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos; (vii) Apresentação da proposta do Plano de Negócios 2026; entre outros.

Adicionalmente, foram realizados contatos por teleconferência ou por outros meios de comunicação entre os membros do Comitê, os Administradores da Companhia e Auditoria Interna e Auditoria Independente, para discussão de aspectos específicos pertinentes às responsabilidades do Comitê.

3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas diversas recomendações de ações de aprimoramento para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações propostas são devidamente registrados em atas. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA AUDITORIA INDEPENDENTE

As auditorias interna e independente são responsáveis por aferirem o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da CETESB, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Durante a condução dos trabalhos, o Comitê não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da AudiLink com relação à CETESB.

Dessa forma, o Comitê informa ao Conselho de Administração que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a AudiLink e a CETESB que possa ter afetado sua independência profissional na execução dos trabalhos da auditoria independente das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Registra-se, ainda, que não foi constatada nenhuma situação de divergência significativa, não resolvida, entre a Administração da CETESB, os Auditores Independentes da AudiLink e o próprio Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS DE 2025

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da CETESB, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela CETESB, em particular dos Administradores, das áreas financeira, contabilidade, Jurídica, Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Conformidade, e demais gerências, além dos Auditores Independentes.

O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade e jurídico para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, bem como as informações trimestrais dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer preliminar dos auditores independentes e da minuta do Relatório Anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela AudiLink & Cia Auditores, por unanimidade recomendaram a aprovação das referidas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 16 de março de 2026

JOÃO RICARDO PEREIRA DA COSTA

Coordenador do Comitê

AFONSO ANTONIO HENNEL

Membro

MARCELO CARDONA SOBRAL

Membro

CINTYA CRISTINA FERREIRA MARQUES PINTO

Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Ilmos. Srs.

Administradores e Acionistas da

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Revisão da vida útil dos ativos imobilizados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia finalizou em julho de 2025 a revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado, conforme Laudo emitido pela FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S. O referido Laudo avaliou a nova vida útil de cada bem, como também instituiu as taxas de depreciação societárias que foram reconhecidas a partir da data do Laudo, tendo sido observadas as instruções do item 30 da ITG 10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/09 e itens 32 ao 38 da NBC TG 23 (R2), aprovada pela Resolução CFC nº 1.139/09, em relação à mudança de estimativas contábeis.

Contingências Tributárias

Ressaltamos a nota explicativa nº 16 - "c", que detalha o estágio atual de recursos judiciais relativos a contingências fiscais no montante de R\$ 114.573 mil. Conforme descrito pela Administração, em observância aos critérios da Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) e fundamentado em pareceres de assessores jurídicos internos e externos, o tratamento contábil adotado foi o seguinte:

Contingências com Perda Avaliada como Possível: O montante de R\$ 55.096 mil referente ao Auto de Infração referente ao Pasep e Cofins de 2009 e R\$ 6.610 mil (CSLL 2016/2017) não estão provisionados, uma vez que a probabilidade de saída de recursos foi classificada como "possível", o que está em conformidade com as normas contábeis vigentes.

Contingências com Perda Avaliada como Provável: Os Autos de Infração referentes ao Pasep e Cofins dos exercícios de 2016 e 2017, totalizando R\$ 29.151 mil e o Auto de Infração a CSLL de 2009, no montante de R\$ 23.716 mil, sendo esses devidamente provisionados.

Adicionalmente, informamos que, em 26 de setembro de 2025, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) negou provimento ao recurso relativo à CSLL de 2013. Em virtude disso, a Companhia procedeu ao recolhimento e liquidação do valor atualizado de R\$ 6.374 mil em 03 de dezembro de 2025. Contudo, a RFB não reconheceu os juros e multas pagos no DARF. Em 10 de março de 2026, a RFB inscreveu a Companhia no CADIN pelo valor de R\$ 6.313 mil. Os assessores jurídicos da Companhia requereram junto a Justiça Federal urgência na apreciação dos pedidos liminares e obteve agendamento de despacho com o juiz para 16 de

março de 2026. O juiz federal reconheceu a urgência, mas decidiu ouvir previamente a União Federal antes de se manifestar sobre o pedido liminar. Esses Assessores consideraram remota a probabilidade de perda. Assim, não foi constituída provisão para essa contingência.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não contém ressalva em relação a este assunto.

Contribuições Previdenciárias

Conforme nota explicativa no 17, em 09 de setembro de 2025 a CETESB, tomou ciência do despacho decisório da Receita Federal do Brasil indeferindo o uso dos créditos previdenciários referentes ao período de janeiro de 2016 e janeiro de 2018 a julho de 2018, em que a Companhia pleiteia utilização. Esse valor encontra-se provisionado e atualizado como contingências previdenciárias pelo valor de R\$ 9.795 mil, dentro do valor total provisionado de R\$ 68.502 mil. Em 09 de outubro de 2025, a Companhia apresentou manifestação de inconformidade em âmbito administrativo e aguarda análise pela Receita Federal.

Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Informações comparativas

Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 14 de março de 2025, sem modificação e com ênfase quanto ao Programa de Demissão Incentivada - PDI, a provisão para contribuições previdenciárias e quanto à dependência econômica do acionista controlador.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2026

AudiLink Auditores Ltda.

CRC 2RS003688/O-2 T° SP

Roberto Caldas Bianchessi

Contador CRC 1RS040078/O-7 T° SP



Secretaria de **Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística**



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>